



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Procurador do Estado de 1.ª Categoria

CADERNO DE PROVA OBJETIVA Partes I e II

ESPÍRITO SANTO
GOVERNO DA MUDANÇA
PROCURADORIA GERAL

Aplicação: 7/11/2004
M A N H Ã

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **trinta** itens do tipo múltipla-escolha (Parte I) e **noventa** itens do tipo Certo/Errado (Parte II), correspondentes à prova objetiva.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 8/11/2004, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 9 e 10/11/2004 – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III 7/12/2004 – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital PGE n.º 1/2004 – PGE/ES, de 2/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA OBJETIVA – PARTE I

Nos itens de 1 a 30, marque, em cada um, a **única opção correta**, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação ou a presença de mais de uma marcação em um mesmo item não serão penalizadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

ITEM 1

Um membro da Câmara dos Deputados elaborou um projeto de lei alterando os prazos de prescrição e decadência tributários. A matéria foi submetida à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, sendo aprovada em ambas. Porém, o projeto foi vetado pelo presidente da República.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- I Há vício de iniciativa, pois a matéria é de iniciativa privativa do presidente da República.
- II A lei que verse sobre a matéria da hipótese há de ser lei complementar.
- III O veto somente poderá ser rejeitado por maioria simples dos deputados e senadores.
- IV Caso o veto não seja mantido, o presidente deverá promulgar a lei no prazo de 48 horas. Se não o fizer, o presidente do Senado Federal o fará e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao vice-presidente do Senado Federal promulgar a lei.
- V O veto deverá ser apreciado em sessão conjunta dentro de 45 dias a contar de seu recebimento.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, III e V.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

ITEM 2

Acerca da aplicabilidade e da interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- A O sistema jurídico brasileiro não admite normas constitucionais de eficácia limitada.
- B Norma constitucional de eficácia contida é aquela que tem aplicabilidade imediata, integral, plena, mas pode ter seu alcance reduzido por norma infraconstitucional.
- C Na interpretação da Constituição Federal, há que se levar em conta a *mens legislatoris*.
- D Tendo em vista as características da Constituição Federal, a interpretação sistemática revela-se de pouca utilidade.
- E Nem todas as garantias fundamentais são de aplicação imediata.

ITEM 3

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção **incorreta**.

- A Não poder ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade a incompatibilidade entre a lei e a norma constitucional superveniente — que se reduziria a mera revogação.
- B Subsiste válida norma anterior incompatível com Constituição Federal superveniente quando a incompatibilidade é de natureza formal.
- C Revogada a lei cuja inconstitucionalidade se argüia, a ação direta perde o objeto.
- D A declaração de inconstitucionalidade de uma lei sempre acarreta efeitos *ex tunc*.
- E Na hipótese de ser proposta ação direta de inconstitucionalidade contra determinada norma, sem que se impugne preceito anterior com o mesmo vício, a ação direta de inconstitucionalidade não pode ser conhecida, pois a declaração de inconstitucionalidade da norma objeto da ação acarretará a repriminção da norma anterior com igual vício.

ITEM 4

Com relação aos princípios constitucionais, assinale a opção **incorreta**.

- A A Emenda Constitucional n.º 19 revogou o princípio da autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, mantendo a autonomia didático-científica.
- B Referidos princípios dirigem-se aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, condicionando sua atuação.
- C Os princípios republicano e federativo são princípios fundamentais do Estado brasileiro.
- D É princípio da atividade econômica a defesa do consumidor e do meio ambiente.
- E A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da anualidade orçamentária.

ITEM 5

Assinale a opção correta.

- Ⓐ É da competência exclusiva do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- Ⓑ É de competência da Câmara dos Deputados processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- Ⓒ É da competência do procurador-geral da República a iniciativa de leis que versem sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.
- Ⓓ Não se admitirá emenda constitucional tendente a abolir o regime presidencialista.
- Ⓔ A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

ITEM 6

Com relação à inexigibilidade de licitação, julgue os itens subsequentes.

- I Os serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei n.º 8.666/1993 são exemplificativos e não taxativos.
- II Serviços prestados em regime de monopólio, como os correios, devem ser contratados diretamente, em face da inviabilidade de competição.
- III Serviços de publicidade e divulgação somente poderão ser contratados diretamente se os profissionais se enquadrarem na definição legal de notória especialização.
- IV Quando não for inexigível a licitação, a contratação de serviços técnicos deverá ser precedida, preferencialmente, de concurso, com estipulação de prêmio ou remuneração.
- V É inexigível a licitação para contratação de serviços de advocacia, tendo em vista a natureza do serviço a ser prestado e a necessária confiança entre o contratante e o patrono da causa.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e V.
- Ⓔ IV e V.

ITEM 7

Com base nas normas constitucionais que regem o direito administrativo, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros, sejam natos ou naturalizados.
- Ⓑ Os imóveis públicos não são passíveis de usucapião.
- Ⓒ São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, e a propriedade seja produtiva.
- Ⓓ O servidor público alcança a estabilidade após 3 anos de efetivo exercício, caso aprovado no estágio probatório.
- Ⓔ É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

ITEM 8

O ente criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para exercer atividades típicas da administração pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, configura uma

- Ⓐ empresa pública.
- Ⓑ sociedade de economia mista.
- Ⓒ autarquia.
- Ⓓ fundação.
- Ⓔ empresa permissionária de serviço público.

ITEM 9

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Os atos de improbidade administrativa admitem a forma omissiva culposa, desde que haja enriquecimento ilícito por parte do agente causador.
- Ⓑ O processo administrativo disciplinar constitui-se de duas fases: instauração e julgamento.
- Ⓒ A vedação de acumular cargos e empregos públicos não se aplica quando o segundo vínculo do servidor é com a sociedade controlada por subsidiária de empresa de capital misto, majoritário do poder público.
- Ⓓ A nulidade do processo licitatório não induz necessariamente à do contrato administrativo.
- Ⓔ A inalienabilidade dos bens públicos alcança os bens das empresas públicas detentoras de monopólio, segundo a jurisprudência atual do STF.

ITEM 10

Julgue os itens a seguir.

- I Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista são criadas e extintas por lei e exercem atividades de natureza econômica.
- II O desfazimento de processo licitatório exige que se assegure, aos licitantes, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- III A motivação do ato administrativo pode se dar *a posteriori* de sua prática.
- IV O ato discricionário é aquele cuja totalidade de elementos indispensáveis à conduta do agente está prevista na norma legal.
- V Retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta seu imóvel, caso o poder público não lhe dê a destinação para a qual foi desapropriado.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e III.
- Ⓑ I, II e V.
- Ⓒ I, IV e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ III, IV e V.

ITEM 11

Acerca da Constituição da República, assinale a opção correta.

- A A imunidade prevista na Constituição a determinados segmentos da sociedade não pode ser suprimida por meio de emenda à Constituição, por se constituir em cláusula pétreia.
- B A vedação constitucional de cobrança de tributos antes de decorridos 90 dias da data em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, sem prejuízo do princípio da anterioridade, se aplica à fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).
- C Uma lei estadual ou distrital pode determinar que a alíquota do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação *inter vivos*, de quaisquer bens e direitos, de competência dos estados-membros e do Distrito Federal – DF, seja atrelada, para posteriores alterações, ao valor máximo fixado pelo Senado Federal.
- D O imposto sobre produtos industrializados (IPI) não compreende, na sua base de cálculo, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e inter-municipal e de comunicações (ICMS).
- E Entre os impostos brasileiros, o princípio da seletividade aplica-se somente ao ICMS.

ITEM 12

Com referência às obrigações tributárias, julgue os itens abaixo.

- I O estado do Espírito Santo pode ser sujeito ativo da obrigação tributária principal de certos impostos ou contribuições federais.
- II A hipótese de incidência tributária não pode contemplar um ato ilícito, mas este pode configurar o fato gerador de um determinado tributo.
- III O responsável tributário é aquele que, no entender da administração tributária, se revela como o mais apropriado para recolher o tributo devido.
- IV O descumprimento de obrigação acessória pode gerar multa punitiva, que deve ser cobrada imediatamente, independentemente de ação executiva fiscal.
- V A transferência de responsabilidade do pagamento de determinado tributo tem natureza meramente contratual, não operando efeitos perante o fisco.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

ITEM 13

Assinale a opção cuja assertiva **contrária** a jurisprudência do STF.

- A Pelo princípio da legalidade tributária, é vedada a fixação da data de recolhimento do tributo por meio de decreto.
- B O princípio da capacidade contributiva pode se estender às taxas.
- C O princípio de vedação de confisco se estende às multas tributárias, que devem ser aferidas em face de cada tributo isoladamente, e não em face da totalidade da carga tributária.
- D Norma legal que altere o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- E É inconstitucional a fixação de alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

ITEM 14

Quanto aos tributos, assinale a opção correta.

- A Uma relação jurídica tributária se estabelece entre um concessionário de serviço público que explora pedágio e o condutor do veículo.
- B Contribuições fixadas por assembleias gerais, em favor de associação profissional ou sindical, são consideradas, à luz da Constituição da República, espécies tributárias.
- C O fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) é uma espécie tributária.
- D Imposto indireto é aquele que admite transladação.
- E A contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) é uma espécie de tributo parafiscal, enquanto as contribuições destinadas ao sistema S (SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, SEST etc.) têm caráter extrafiscal.

ITEM 15

No que se refere ao crédito tributário, assinale a opção correta.

- A A dação em pagamento de títulos da dívida agrária importa a imediata extinção do crédito tributário, independentemente da manifestação da vontade do fisco.
- B A anistia e a isenção são espécies de exclusão do crédito tributário. A anistia relaciona-se a fatos passados e não se restringe às infrações cometidas, enquanto a isenção pode ser concedida apenas por despacho de autoridade.
- C Se um fato gerador de ICMS ocorreu no dia 1.º/1/2001, o início do prazo prescricional de constituição do crédito tributário ocorreu em 1.º/1/2002.
- D O pagamento antecipado do tributo resulta na extinção do crédito tributário, mesmo se não houver o lançamento.
- E O contrato de parcelamento devidamente firmado e cumprido resulta na suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma prevista em lei específica.

ITEM 16

Quanto ao financiamento da seguridade social, assinale a opção correta.

- Ⓐ São considerados segurados obrigatórios, como contribuintes individuais, os brasileiros ou estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalhar como empregados em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- Ⓑ O salário em utilidade, correspondente à habitação, não integra o salário-de-contribuição, uma vez que não corresponde à remuneração paga pelo empregador em pecúnia.
- Ⓒ O abono de férias, correspondente à conversão em pecúnia de um terço do referido descanso anual, não integra o salário-de-contribuição, em que pese consistir em prestação pecuniária.
- Ⓓ No âmbito do direito previdenciário, a responsabilidade das empresas do grupo econômico, em relação às empresas devedoras da seguridade social, integrantes do mesmo grupo, tem caráter subsidiário.
- Ⓔ Não são consideradas contribuições sociais as contribuições incidentes sobre as receitas de concursos de prognósticos.

ITEM 17

Em relação ao regime geral de previdência social (RGPS), assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O auxílio-doença e o auxílio-acidente são espécies de benefícios destinados aos segurados da previdência social, enquanto o auxílio-reclusão é espécie de benefício destinado ao(s) dependente(s) do segurado.
- Ⓑ O fato de a doença ou lesão existir anteriormente à filiação ao RGPS não impede a concessão da aposentadoria por invalidez ao segurado.
- Ⓒ Considera-se no exercício do trabalho, para efeito de caracterização de acidente de trabalho, os períodos destinados a refeições ou descansos no local de trabalho.
- Ⓓ O auxílio-doença consiste em renda mensal correspondente a 91% do salário-de-benefício.
- Ⓔ A perda da audição somente ensejará a percepção de auxílio-acidente caso resulte, comprovadamente, na perda ou redução da capacidade para o trabalho que o segurado habitualmente exercia.

ITEM 18

Eva, casada em regime de comunhão de bens com Tadeu, é portadora de patologia conhecida como mal de Alzheimer, enfermidade incurável e progressiva que causa a demência e a incapacidade absoluta do paciente. O marido, pretendendo ceder os seus direitos hereditários sobre um bem imóvel, por preço de mercado, havido por herança de seu pai, compareceu ao cartório em companhia da esposa, onde foi lavrada a escritura de cessão de direitos a adquirente de boa-fé que não conhecia a doença de Eva.

À época da realização do negócio, já tramitava a ação de interdição, que, dois meses após o referido negócio, foi julgada procedente e deu origem à declaração de interdição de Eva.

A respeito da situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que, embora fosse Eva incapaz na época do negócio jurídico, não se tratava de incapacidade notória, ou seja, percebida aos olhos de todos, em um primeiro contato. Nessa situação, o negócio jurídico é válido.
- Ⓑ A capacidade se presume; assim, enquanto não declarada a interdição de Eva, todos os atos praticados antes da sentença são anuláveis, e como não houve prejuízo ao patrimônio da incapaz, o curador nomeado poderá confirmar o negócio, desde que deposite o produto da venda em conta bancária sujeita a fiscalização judicial.
- Ⓒ A incapacidade preexistente de Eva quando da outorga uxória aposta na escritura vicia o negócio e, em consequência, são nulas a cessão dos direitos hereditários celebrada e a própria escritura de cessão de direitos hereditários.
- Ⓓ Em observância à segurança jurídica, o negócio deve ser considerado inexistente em relação à meação de Eva, constituindo um condomínio necessário entre o adquirente de boa-fé e Tadeu.
- Ⓔ O bem imóvel cedido pertence com exclusividade ao cônjuge varão, que o recebera por herança de seu pai e não necessita, no caso, de outorga uxória para vendê-lo a terceiro.

ITEM 19

Acerca dos contratos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se, ao decidir uma demanda, o juiz verificar a desproporção entre o valor da prestação e aquele assumido no momento da celebração do ajuste das partes, em observância aos princípios sociais do contrato, deverá reajustar o valor das prestações.
- Ⓑ O contrato de compra e venda é um contrato consensual e não real, pois basta o consenso das partes para que o contrato se aperfeiçoe.
- Ⓒ Na fiança, a responsabilidade do fiador é solidária e direta. Assim, se o afiançado não solver sua obrigação, o credor acionará ambos indistintamente, respeitando-se o chamado benefício de ordem ou de excussão.
- Ⓓ No contrato de depósito, o depositário recebe um bem para mantê-lo em sua posse, assumindo a obrigação de ter a guarda e conservação do bem, podendo fazer uso dele e tirar proveito econômico até que o depositante exija a restituição.
- Ⓔ Em um contrato de mútuo para fins econômicos, é válida a cláusula entabulada entre as partes que preveja a incidência, além dos juros remuneratórios e da correção monetária, de cláusula penal, multa contratual e juros moratórios em caso de inadimplemento.

ITEM 20

Francisco e sua esposa ajuizaram ação de reintegração de posse contra José e sua esposa, visando a restituição do terreno urbano lote n.º 10, Vila Bela, em Vitória – ES, alegando, em síntese, que permitiram que os réus construíssem um barracão na parte baixa do terreno e ali permanecessem, por comodato, até que tivessem condições de conseguir outro local para morar. Ao contrário do que fora autorizado, os réus construíram outros cômodos grandes, do tipo lojas comerciais. Passados dois anos e cientes de que os réus já haviam adquirido condições de residir em outro local, pediram amigavelmente a desocupação do local e, uma vez que não foram atendidos, aviaram a notificação premonitória, na qual haviam estipulado o pagamento de aluguel em hipótese de não-desocupação do imóvel no prazo fixado.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os comodatários serão constituídos em mora após a juntada aos autos do mandado de citação, devidamente cumprido, para responderem a ação possessória e a partir daí passarão a ser devidos aluguéis aos comodantes.
- Ⓑ Se a ação for julgada procedente, os réus deverão restituir o imóvel, no prazo fixado pelo juiz, sob pena de reintegração compulsória, bem como condenados ao desfazimento das construções edificadas e ao pagamento de multa diária pela demora na desocupação.
- Ⓒ Em caso de comodato por prazo indeterminado, para por fim ao contrato e constituir em mora os comodatários, não terá eficácia plena a interpelação extrajudicial, devendo os comodantes procederem a notificação judicial ou ação de esbulho possessório.
- Ⓓ As edificações feitas pelo comodatários sem a anuência dos comodantes passarão a incorporar o imóvel pela acessão e a pertencer com exclusividade ao proprietário do terreno, em face da aplicação do princípio de que a propriedade do solo compreende a da superfície.
- Ⓔ Os possuidores comodatários são obrigados a devolver a coisa que lhe foi cedida no momento em que forem notificados para fazê-lo, e as acessões e benfeitorias erigidas no imóvel cedido, sem oposição ou protesto do comodante, deverão ser indenizadas, compensando-se o valor dos aluguéis devidos pelos comodatários.

ITEM 21

Em relação ao controle de constitucionalidade feito pelos juízes e tribunais e à ação rescisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ A declaração de inconstitucionalidade, pelo controle difuso, somente pode ser feita pelo juízo monocrático de primeiro grau de jurisdição se houver expresso pedido da parte, vedada a decretação de ofício, sob pena de violação ao princípio da demanda que rege o processo civil brasileiro.
- Ⓑ A declaração de inconstitucionalidade pelo controle difuso pode ser pleiteada pela parte como pedido principal da ação ou como fundamento do pedido, incidentalmente, ficando, na primeira hipótese, acobertada pela autoridade da coisa julgada.
- Ⓒ Cabendo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) examinar, em recurso especial, questão federal infraconstitucional, fica-lhe vedado proceder ao exame incidental da constitucionalidade da norma federal questionada, tarefa que cabe ao STF, em recurso extraordinário.
- Ⓓ A sentença proferida por juiz absolutamente incompetente, uma vez transitada em julgado e transcorrido o prazo para a rescisória, é válida e eficaz para todos os efeitos e, se for objeto de execução, não se poderá, em relação à incompetência, contra ela opor qualquer vício em embargos do devedor.
- Ⓔ A execução de sentença objeto de rescisória é provisória e deve ser feita à conta e risco do exequente, reclamando caução para assegurar, em caso de eventual desconstituição do título, reparação de danos ao executado, autor da rescisória.

ITEM 22

Em relação a ação civil pública, mandado de segurança e consignação em pagamento e execução, assinale a opção correta.

- Ⓐ O executado que tiver crédito líquido e certo contra o exequente poderá reconvir para cobrar o seu crédito, devendo o juiz, ao final, compensar os créditos das partes, prosseguindo-se na execução pelo saldo devedor.
- Ⓑ Não é cabível a propositura de ação civil pública pelo Ministério Público em defesa do patrimônio público para obter a declaração de nulidade de ato normativo municipal que majorou os subsídios de vereador, com a conseqüente restituição aos cofres públicos das quantias indevidamente recebidas, porque não se admite o controle difuso de constitucionalidade de lei em ação civil pública, sob pena de usurpar a competência do STF para declarar a inconstitucionalidade com efeito *erga omnes*.
- Ⓒ Denegada a segurança, por falta de prova preconstituída do alegado pelo impetrante, é correto afirmar que houve julgamento do mérito, ficando o impetrante impedido de, após o trânsito em julgado da sentença, renovar o pedido pelas vias ordinárias.
- Ⓓ Pode o devedor, em vez de propor ação judicial de consignação em pagamento, efetuar o depósito em favor do credor em conta-corrente com correção monetária em agência bancária, sem que necessite obter alvará judicial autorizando o depósito, o qual, se não for recusado pelo credor, importa em liberação do devedor da obrigação.
- Ⓔ Em execução fundada em acórdão transitado em julgado, eventual interposição de recurso contra a sentença que julga improcedentes os embargos do devedor torna a execução provisória, sendo vedada a alienação de bens até que transite em julgado a decisão sobre os embargos do devedor.

ITEM 23

QUIMITEC, empresa pública federal que atua na construção de gasodutos, foi impedida, por autoridade estadual, de prosseguir em obras que estava realizando porque não tinha alvará da secretaria estadual do meio ambiente.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Se a empresa impetrar mandado de segurança contra a ordem da autoridade estadual, deverá fazê-lo perante a justiça federal, tendo em vista tratar-se de empresa pública federal.
- B Se o juiz conceder liminar para prosseguimento das obras, o estado poderá pleitear suspensão de segurança, alegando grave dano à saúde pública, pedido que será dirigido ao presidente do tribunal de justiça.
- C Se o juiz não conceder a liminar, poderá a QUIMITEC pleitear suspensão de segurança com efeito ativo, alegando graves danos patrimoniais com a paralisação das obras.
- D Eventuais moradores da região, prejudicados pela degradação ambiental provocada pelas obras, poderão propor ação civil pública para obter a reparação individual dos danos sofridos.
- E Ação civil pública contra a QUIMITEC deverá ser proposta no local do dano, ainda que não seja sede de justiça federal, sendo competente o juiz de direito para julgar o feito, com recurso para o tribunal regional federal.

ITEM 24

Em relação a recursos e jurisdição voluntária, assinale a opção correta.

- A O reconhecimento de firma e o registro de óbito e sua respectiva certidão não constituem atos de jurisdição voluntária.
- B Nos feitos de jurisdição voluntária, o juiz não tem poderes de plena investigação e não pode determinar a realização de provas de ofício, porque prevalecem nesse tipo de procedimento o interesse e a vontade dos partícipes do procedimento, não se podendo falar em substitutividade da vontade das partes pela vontade do juiz.
- C A remessa obrigatória das sentenças proferidas contra a fazenda pública não tem natureza recursal, daí porque não se aplica à hipótese a proibição da *reformatio in pejus* e não cabem embargos infringentes da decisão proferida em reexame necessário, se não houver sido oposta apelação voluntária da fazenda.
- D Aos recursos especial e extraordinário aplica-se o princípio da fungibilidade recursal, se o erro do recorrente não for grosseiro, principalmente porque o prazo para a interposição de ambos os recursos é idêntico.
- E A parte que não apelou da sentença ou que não interpôs recurso extraordinário ou recurso especial de acórdão fica impedido de, posteriormente, propor ação rescisória contra a sentença ou acórdão, porque não observou o requisito do esgotamento das instâncias, com a interposição de todos os recursos cabíveis na espécie.

ITEM 25

Em relação a recursos e antecipação de tutela, assinale a opção correta.

- A O *dies a quo* do prazo para interposição de recurso no tribunal — embargos infringentes, recurso especial ou extraordinário — é o dia da publicação do acórdão, e não o dia da publicação do resultado do julgamento.
- B O poder geral de cautela do juiz autoriza-o a conceder a antecipação de tutela independentemente de requerimento da parte mas não o autoriza a conceder medida cautelar porque esta depende de expresso pedido do interessado.
- C É inadmissível a concessão de tutela antecipada após a conclusão da instrução probatória porque abre-se, a partir daí, fase para prolação da sentença, devendo o juiz pronunciar-se definitivamente sobre a lide.
- D Constitui violação ao princípio da demanda e do dispositivo a imposição de multa diária ao réu pelo juiz, independentemente de pedido da parte, nas ações que tenham por objeto obrigações de fazer ou não fazer, para assegurar o cumprimento da tutela concedida.
- E Na hipótese de competência originária dos tribunais, o recurso ordinário constitucional tem fundamentação vinculada, a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário e com o recurso especial.

ITEM 26

Considerando que o instituto da equiparação salarial implica a intervenção estatal na esfera empresarial privada e tem a finalidade de garantir o princípio da isonomia, assinale a opção correta.

- A Segundo o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre os requisitos do direito à equiparação, destaca-se o trabalho de igual valor, que corresponde à igual produtividade e à mesma perfeição técnica, sendo certo que paradigma e equiparando não podem ter diferença de tempo de serviço superior a um ano.
- B Conforme a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para os fins de afastamento do direito à equiparação salarial, só se admite a validade de quadro de carreira se este tiver sido homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Fica, porém, afastada a exigência de homologação para todos os entes da administração direta e indireta.
- C Segundo o entendimento predominante no âmbito da jurisprudência sumulada do TST, o fato de o desnível salarial entre equiparando e paradigma decorrer de decisão judicial não exclui o direito à equiparação salarial. Tal entendimento fica afastado no caso de a decisão judicial (geradora do desnível salarial) ter reconhecido vantagem pessoal ao paradigma.
- D Segundo a jurisprudência do TST, tendo o ente público optado pelo estabelecimento de relação de emprego com seus servidores, o disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 não impede o direito à equiparação salarial no âmbito da administração direta, desde que presentes os requisitos inerentes ao reconhecimento do referido instituto.
- E Segundo a jurisprudência do TST, o conceito de identidade de localidade, necessária ao reconhecimento da equiparação salarial, corresponde à identidade de municípios ou a distintos municípios, desde que, comprovadamente, pertençam à mesma região geoeconômica.

ITEM 27

O instituto da estabilidade consiste em limitação à potestatividade de o empregador extinguir, sem justo motivo, a relação de emprego. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A Segundo a jurisprudência sumulada do TST, o empregado eleito como suplente para a comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) não goza da estabilidade dirigida ao membro do referido órgão, a qual é prevista na Constituição Federal.
- B Conforme o entendimento predominante no âmbito da jurisprudência sumulada do TST, os empregados públicos da administração direta não contam com a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, uma vez que são beneficiários do direito a depósitos do FGTS.
- C A estabilidade do dirigente sindical, existente a partir do registro da candidatura, não depende de comunicação ao empregador.
- D Segundo a jurisprudência sumulada do TST, as empresas públicas podem dispensar imotivadamente seus empregados, mesmo tendo estes sido contratados mediante concurso público.
- E Havendo cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho condicionando o direito à estabilidade da empregada gestante à comunicação do estado gravídico ao empregador, a ausência da referida comunicação exclui o direito à estabilidade.

ITEM 28

Com relação aos institutos referentes à duração do trabalho, assinale a opção correta.

- A Para as jornadas de trabalho com duração mínima de 4 horas e máxima de 6 horas, o tempo mínimo de intervalo intrajornada é de 30 minutos, ao passo que, para as jornadas de trabalho com duração excedente a 6 horas, o tempo mínimo de intervalo intrajornada é de 1 hora.
- B Segundo a jurisprudência do TST, em que pese as limitações relacionadas com as possibilidades de alteração do contrato de trabalho, previstas no art. 468 da CLT, sendo a jornada de trabalho do empregado público da administração direta prevista em lei e no contrato, mesmo havendo aceitação pelo administrador público, superior hierárquico, de jornada de duração inferior à prevista no contrato e na lei, é possível o retorno posterior à jornada original, sem a caracterização de alteração contratual ilícita.
- C Segundo previsto na CLT, será considerado tempo de trabalho, ou seja, caracteriza-se como hora *in itinere*, o tempo de deslocamento até o local de trabalho, em transporte fornecido pelo empregador, somente nas hipóteses em que o trajeto não seja servido por transporte público.
- D Conforme a jurisprudência sumulada do TST, considera-se válida a cláusula de acordo ou convenção coletiva que reduz o intervalo intrajornada, estabelecendo duração inferior ao previsto em lei, uma vez que os referidos instrumentos consistem em legítimos mecanismos de manifestação da vontade coletiva, reconhecidos pela Constituição Federal.
- E Segundo a jurisprudência sumulada do TST, o regime de compensação de jornada somente será válido se houver acordo entre empregado e empregador, podendo o ajuste ser tácito ou expresso.

ITEM 29

O Decreto-Lei n.º 779/1969 trata das prerrogativas da fazenda pública em juízo, no âmbito do direito processual do trabalho. Em relação a esse tema, assinale a opção **incorreta**.

- A Segundo a jurisprudência sumulada do TST, não se aplica ao direito processual do trabalho a regra do Código de Processo Civil (CPC) que afasta a remessa necessária no caso de sucumbência da fazenda pública, em relação às condenações que não ultrapassem 60 salários mínimos ou estejam em consonância com decisão plenária do STF ou jurisprudência sumulada de tribunal superior.
- B Não é aplicável a sanção do art. 467 da CLT em relação à fazenda pública. Já a sanção do art. 477 da CLT, conforme a jurisprudência sumulada do TST, é aplicável à fazenda pública.
- C Segundo a jurisprudência sumulada do TST, cabe o reconhecimento de revelia em relação à fazenda pública.
- D Considere a hipótese de que o estado do Espírito Santo tenha sido condenado por sentença proferida por juiz do trabalho. Não tendo sido interposto recurso de forma voluntária, o juiz do trabalho determinou o envio dos autos ao TRT para a apreciação da remessa necessária, tendo o referido órgão *ad quem* mantido a condenação. Caso o mencionado ente público interponha recurso de revista para atacar a decisão que julgou a remessa necessária, a revista não será conhecida, conforme tem-se orientado a jurisprudência sumulada do TST, uma vez que não houve recurso voluntário interposto em face da decisão de primeiro grau.
- E Na hipótese de condenação imposta ao estado do Espírito Santo por juiz do trabalho, caso o procurador do estado interponha recurso ordinário sem contar com procuração nos autos, não subsistirá irregularidade de representação, impeditiva de conhecimento do recurso, pois os procuradores de entes públicos estão dispensados de juntar mandato aos autos.

ITEM 30

O art. 836 da CLT prevê a possibilidade de ação rescisória no âmbito do direito processual do trabalho, bem como estabelece que o referido instituto é admitido na forma prevista no CPC. Considerando o instituto da ação rescisória, assinale a opção **incorreta**.

- A Não se aplica a exigência de depósito prévio para o ajuizamento da ação rescisória no âmbito do direito processual do trabalho.
- B O prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória se inicia no dia seguinte ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa. Havendo recurso parcial no processo principal (gerador da decisão rescindenda), o trânsito em julgado deve ocorrer em momentos e tribunais diferentes, salvo se o recurso tratar de matéria de natureza preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida.
- C Não procede ação rescisória, fundada em violação à coisa julgada, para desconstituir sentença condenatória transitada em julgado proferida em ação de cumprimento, a qual teve por fundamento sentença normativa posteriormente anulada em grau de recurso. Na hipótese de o estado do Espírito Santo ter-se sujeitado à condenação estabelecida em ação de cumprimento transitada em julgado, a qual foi proferida com fundamento em sentença normativa posteriormente anulada em grau de recurso, poderá o procurador do estado impetrar mandado de segurança, de modo a obter, de forma eficiente, a extinção da execução.
- D Conforme a jurisprudência do TST, não procede pedido de rescisão formulado em ação rescisória, com fundamento de rescindibilidade de violação legal, tendo por base afronta a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho, apesar de os referidos instrumentos consistirem em fontes imperativas do direito do trabalho.
- E Considere que sentença impositiva de condenação ao estado do Espírito Santo deveria ter sido submetida à remessa necessária, mas não contou com o referido procedimento. Iniciada a execução e constatado o referido equívoco, deverá o procurador do estado ajuizar ação rescisória, considerando a violação ao dispositivo legal que impõe a remessa necessária.

PROVA OBJETIVA – PARTE II

Nos itens de **31 a 120**, de acordo com o comando a que cada um deles se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**, ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

A respeito da nacionalidade, julgue os itens a seguir.

- 31** O direito de nacionalidade é matéria formal e materialmente constitucional.
- 32** As formas de aquisição da nacionalidade são a primária e a secundária, sendo a primeira voluntária e a segunda, involuntária.
- 33** Pelos critérios do *jus sanguinis* e do *jus solis*, o filho de italianos que não estejam a serviço, nascido no Brasil, será polipátrida.
- 34** Lei complementar poderá estabelecer privilégios para brasileiros natos em relação aos naturalizados.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao Sistema Tributário Nacional.

- 35** Será constitucional a lei municipal que instituir a progressividade do IPTU conforme a capacidade econômica do contribuinte.
- 36** Fere o princípio da legalidade a fixação de alíquotas de impostos e contribuições pela autoridade administrativa.
- 37** Deixando a União de editar normas gerais sobre determinado imposto, a unidade da Federação passa a exercer a competência legislativa plena.
- 38** A contribuição social da seguridade social pode ser cobrada 90 dias após a publicação da lei que a institua ou a modifique, ainda que no mesmo exercício financeiro.

A assembléia legislativa de um estado, por lei ordinária de iniciativa de um de seus membros, fixou vantagem pecuniária para os servidores públicos daquele estado.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

- 39** Verifica-se, nesse caso, inconstitucionalidade formal.
- 40** Somente o poder constituinte derivado, por emenda à constituição estadual, poderá fixar a iniciativa de leis que versem sobre remuneração dos servidores públicos do estado aos membros da assembléia legislativa.

Foi requerida a intervenção federal em um estado da Federação, em face do não pagamento de precatórios. O estado alegou impossibilidade de realizar o pagamento, sob pena de ser obrigado a paralisar a prestação de serviços públicos essenciais à comunidade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, de acordo com a jurisprudência do STF.

- 41** A intervenção deve atender ao princípio da proporcionalidade.
- 42** O descumprimento voluntário e intencional de decisão judicial não configura pressuposto da intervenção federal.

Julgue os itens subseqüentes, tendo por referência a jurisprudência do STF.

- 43** A constituição estadual pode tipificar crimes de responsabilidade dos agentes políticos do respectivo estado.
- 44** A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, deixou-se de aplicar às constituições estaduais o princípio da simetria com a Carta Federal.

Com relação à Constituição do estado do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.

- 45** O procurador-geral é nomeado pelo governador, entre os membros integrantes da carreira de procurador do estado.
- 46** Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar as ações de inconstitucionalidade contra leis e atos normativos estaduais ou municipais que firmam preceitos da Constituição considerada.

Julgue os itens seguintes, acerca da responsabilidade civil do Estado.

- 47** Antes da Constituição Federal de 1988, adotava-se, no Brasil, a teoria do risco integral.
- 48** A administração somente responde pelos atos que seus agentes causarem com culpa.
- 49** O abuso no exercício da função, por parte do servidor, não exclui a responsabilidade do Estado.

A respeito de atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 50** O abuso de poder pode revestir-se da forma comissiva ou omissiva.
- 51** A usurpação de função é um vício relativo ao sujeito que praticou o ato administrativo.

Com relação às sociedades de economia mista, julgue os seguintes itens.

- 52** Os servidores não concursados dessas sociedades podem ser aproveitados em órgãos da administração direta, desde que já estivessem em exercício há 5 anos, na data da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- 53** É permitida a contratação de pessoal para serviços permanentes por meio de ajuste civil de locação de serviços, sem que isso configure escapismo à exigência constitucional do concurso público.
- 54** O foro competente para julgar as ações em que seja parte sociedade de economia mista da União é a justiça federal.

No que se refere às limitações ao direito de propriedade, julgue os itens que se seguem.

- 55** Segundo a doutrina, toda restrição que incida sobre um imóvel caracteriza uma servidão.
- 56** Na servidão administrativa, a titularidade do direito real cabe ao poder público ou aos seus delegados.

Considerando que um prédio residencial esteja sob risco de desabamento e que o poder público municipal necessite utilizar os imóveis vazios das redondezas para acomodar os moradores do imóvel em risco por alguns dias, julgue os itens subseqüentes.

- 57** A modalidade adequada de restrição da propriedade privada é a ocupação temporária.
- 58** Se resultar algum dano aos proprietários dos imóveis, em razão da utilização de seus bens, nenhuma indenização será cabível em face da situação excepcional de emergência e perigo público iminente.

Com relação aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 59** Revela-se inconstitucional emenda a constituição de estado que permita a transferência de servidor público de um poder para outro, pois, a partir da Constituição Federal de 1988, a exigência de concurso não se limita à primeira investidura.
- 60** Na hipótese de ser invalidada por sentença a demissão de servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Quanto a concursos públicos e contratações temporárias, julgue os itens que se seguem.

- 61** Considere a seguinte situação hipotética.
- Um edital de concurso público para provimento de cargo estabeleceu o prazo de validade do certame em 1 ano, prorrogável por igual período. Decorridos 2 anos, abriu-se novo concurso para o mesmo cargo.
- Nessa situação, os candidatos aprovados no concurso anterior podem impugnar o novo concurso, sob alegação de que não foi cumprido o prazo constitucional de 4 anos de validade, ou seja, 2 anos prorrogáveis por mais 2.
- 62** É matéria de reserva legal a contratação por tempo determinado em caso de necessidade temporária de excepcional interesse público.

Acerca do ICMS, julgue os itens seguintes.

- 63** Para o STF, a substituição tributária para frente ou por fato futuro é constitucional.
- 64** A concessão de isenções deve ser feita por meio de convênio, com a aprovação de todos os estados da Federação, na forma da Lei Complementar n.º 87/1996.
- 65** É contribuinte do ICMS a pessoa física que adquire em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados, mesmo que tal aquisição não tenha cunho comercial e seja feita sem habitualidade.

Cada um dos itens seguintes contém uma situação hipotética acerca de responsabilidade tributária, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 66** João e Antônio são sócios da empresa Koppa Ltda. Antônio, que é o sócio-gerente, fraudou o fisco, liquidando a sociedade de forma irregular. Nessa situação, João também será responsável pessoalmente pela dívida da sociedade, já que, nesse caso, se aplica a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.
- 67** Márcio é contador de uma determinada empresa e deixou de recolher o tributo lançado por homologação até o dia de seu vencimento. Nessa hipótese, caso Márcio faça o pagamento fora do prazo, com juros moratórios e correção monetária, porém antes de qualquer procedimento fiscal, isso importará a exclusão, pela denúncia espontânea, da multa moratória.
- 68** Maria é tabeliã do cartório de registro de imóveis e, ao efetuar um registro, deixou de fiscalizar o recolhimento de determinado tributo pelo contribuinte, ao qual estava legalmente obrigada. Nessa situação, Maria está sujeita a ser considerada devedora solidária do contribuinte e a ter de recolher o tributo com juros e multa moratórios.

- 69** Gertrudes e Geraldo casaram-se logo após a aquisição de um imóvel, em janeiro de 2003. Diligente, Geraldo fez constar no contrato de compra e venda que a eventual existência de imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU), relativo ao período anterior à compra, ficaria a cargo do vendedor. Alguns meses depois, o órgão competente do município executou o casal, visando a quitação do tributo relativo ao ano de 2002. Nessa situação, a responsabilidade do casal ficaria afastada somente na hipótese de haver, no momento da compra, a comprovação pelo vendedor da quitação do referido tributo.

Em relação às disposições do Código Tributário Nacional (CTN), julgue os itens a seguir.

- 70** Considere a seguinte situação hipotética.
- O imóvel de uma construtora foi penhorado para satisfação dos credores vencedores em uma ação judicial de responsabilidade civil. No entanto, essa construtora possui débitos tributários regularmente inscritos e já executados.
- Nessa situação, o crédito tributário não prevalecerá, já que há uma penhora judicial anterior.
- 71** Considere a seguinte situação hipotética.
- O imóvel de uma empresa foi penhorado em uma execução fiscal e depois houve a quebra da referida empresa.
- Nessa situação, os créditos trabalhistas existentes decorrentes da quebra não têm prioridade em face da fazenda pública, em relação ao imóvel já penhorado, e a alienação deste deve servir integralmente ao crédito fazendário.
- 72** Deferida judicialmente a compensação tributária ou na hipótese de contrato de parcelamento em curso, com pagamento das parcelas em dia, resta autorizada a emissão de certidão negativa de débito.
- 73** De acordo com a legislação hoje em vigor, não é admitida a quebra de sigilo bancário sem autorização judicial.
- 74** Os tratados internacionais, conforme orientação do STF, prevalecem sobre as leis tributárias supervenientes.
- 75** Considere a seguinte situação hipotética.
- Uma lei que instituiu determinado tributo foi publicada em 31/12/1997, sendo omissa quanto à data de entrada em vigor.
- Nessa situação, o tributo poderia ser cobrado a partir de 1.º/1/1998, ante a aplicação do princípio da anterioridade.

Em relação ao lançamento tributário, julgue os itens que se seguem.

- 76** Considere a seguinte situação hipotética.
- Um contribuinte de determinado tributo sujeito a lançamento por homologação apresentou a sua declaração, mas não recolheu o tributo, que ele entende devido.
- Nessa situação, dá-se automaticamente o lançamento por homologação, contando-se a partir de então o prazo prescricional de cobrança da dívida.
- 77** Considere a seguinte situação hipotética.
- Uma determinada lei autoriza a quebra do sigilo bancário para fins fiscais. A autoridade administrativa, de acordo com essa lei em vigor, investigou um contribuinte e descobriu que ele sonegara tributos relativamente ao período anterior ao advento daquela lei e lançou o crédito tributário.
- Nessa situação, a lei nova poderá ser aplicada de forma retroativa, sem que haja qualquer violação às disposições do CTN ou à Constituição.
- 78** Conforme jurisprudência do STJ, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação e sendo esta expressa, terá o fisco o prazo de 10 anos, a contar do fato gerador, para a cobrança do crédito tributário.

Julgue os itens a seguir, acerca do direito do trabalho.

- 79** Considerando que o aviso prévio indenizado gera efeitos apenas de natureza econômica, tal instituto não faz que o início do prazo prescricional bienal ocorra após a fluência do período correspondente à projeção do aviso prévio indenizado.
- 80** Segundo a atual jurisprudência do TST, havendo culpa recíproca, o empregado terá direito à metade do valor correspondente ao aviso prévio, ao décimo terceiro proporcional e às férias proporcionais.
- 81** No direito do trabalho, não há direito à incorporação de gratificação decorrente do exercício de função de confiança, pois o empregador tem a liberdade de retirar a função, bem como não há norma legal específica que garanta a referida incorporação.
- 82** Segundo a jurisprudência sumulada do TST, apesar de a lei estabelecer como limite de vigência de acordos e convenções coletivas o prazo de dois anos, considera-se válida cláusula que amplie o referido prazo.
- 83** A sentença normativa tem período máximo de vigência de quatro anos.
- 84** Segundo a jurisprudência sumulada do TST, no caso de contratação de empregados pela administração pública, sendo o concurso público anulado após a contratação, garante-se o direito aos depósitos do FGTS, bem como ao décimo terceiro salário e às férias, proporcionais ou integrais, em relação ao período trabalhado entre a contratação e a anulação do concurso, considerando o princípio da boa-fé, inerente ao direito do trabalho.

Acerca da responsabilidade civil, cada um dos itens seguintes contém uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 85** Foi bloqueada a linha telefônica instalada em microempresa denominada Tele-Entrega de Gás, de propriedade de João. O proprietário da linha telefônica provou ter quitado todas as faturas pelo serviço prestado; no entanto, tais pagamentos não constavam nos cadastros da empresa telefônica. Nessa situação, a empresa telefônica poderá eximir-se da responsabilidade de indenizar o cliente, sob a alegação de motivo de exercício regular de direito, pois constava do sistema de informações que o cliente estava em débito, razão pela qual teve seu telefone bloqueado.
- 86** Caio contratou um advogado para patrocinar a sua defesa em ação possessória. Após o advogado apresentar toda defesa possível do cliente, o juiz julgou procedente o pedido do autor e condenou Caio a restituir a coisa litigiosa e ao pagamento dos ônus sucumbenciais. O réu não se conformou com a sentença; no entanto, o advogado, regularmente intimado, deixou transcorrer *in albis* o prazo recursal. Nessa situação, para o advogado ser responsabilizado, deve restar comprovado que agiu com dolo ou culpa, surgindo, assim, para Caio o direito de ser indenizado pelo que efetivamente perdeu, ou pelo êxito que provavelmente poderia ter obtido mediante conduta diversa do profissional do direito.
- 87** Carlos, empregado de uma empresa concessionária de coleta de lixo em Vitória – ES, foi vítima de morte por atropelamento pelo próprio caminhão da empresa, quando desempenhava seus trabalhos de coleta de lixo. Carlos era casado e deixou duas filhas de tenra idade. Restou provada culpa concorrente da vítima pelo evento. Nessa situação, deverá ser considerada a culpa concorrente, para a diminuição da responsabilidade de reparar os danos sofridos pelos familiares da vítima, sendo devido pela empregadora à viúva e às filhas, pelo constrangimento sofrido com a morte da vítima, em acidente de trabalho, indenização pelos danos materiais, morais, emergentes e lucros cessantes e pensão mensal vitalícia, no valor correspondente à metade do salário percebido pela categoria a que pertencia a vítima.

Acerca da posse, da propriedade e dos direitos reais, julgue os itens a seguir.

- 88** Considere a seguintes situação hipotética.
Adão, condômino de determinado edifício, para eximir-se do pagamento das despesas e dívidas referentes ao seu quinhão na coisa comum, renunciou à propriedade da parte ideal. João, proprietário de outra parte ideal do condomínio, assumiu as dívidas não-pagas por Adão.
Nessa situação, João torna-se proprietário da parte ideal do bem comum pertencente a Adão, na proporção dos pagamentos que efetuou.
- 89** Considere a seguinte situação hipotética.
Lucio adquiriu a posse de gleba de terra por meio de instrumento particular de compra e venda de imóvel rural firmado com anteriores possuidores, sem vínculo algum com os legítimos proprietários.
Nessa situação, Lúcio não poderá ser considerado possuidor de má-fé e o exercício de sua posse lhe assegura a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, com direito de retenção, bem como o direito ao reembolso do que pagou pela área reivindicada.
- 90** A servidão caracteriza-se pela unilateralidade, privando o prédio serviente de certas utilidades, pois é de sua essência o ônus apenas de um dos prédios, que importa em aumento de utilidade para o prédio dominante sem reciprocidade.

Em relação aos princípios que regem a prática dos atos processuais e em relação à teoria das nulidades processuais, julgue os itens subseqüentes.

- 91** No processo civil brasileiro, vigora o princípio da liberdade das formas, o que significa que os atos processuais, em princípio, não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente o exigir. A solenidade é, portanto, exceção e depende de expressa previsão legal.
- 92** No processo civil brasileiro, vigora o princípio da documentação ampla, ou seja, os atos processuais devem sempre ser praticados por escrito ou, quando de prática oral, dependem de ser totalmente reproduzidos nos autos por ditado do juiz ou pela taquigrafia nos tribunais superiores.
- 93** Vigora no direito processual civil brasileiro o princípio do segredo de justiça, ou seja, os atos processuais somente se realizam entre as partes e seus procuradores, para resguardar o interesse particular dos envolvidos na lide, somente se dando publicidade aos atos quando as partes expressamente o consentirem.
- 94** Pode-se interpor petição escrita por *fax* ou outro meio análogo, devendo, entretanto, o original ser entregue posteriormente em juízo, em prazo fixado em lei.
- 95** Pelo princípio da instrumentalidade das formas, os atos processuais solenes praticados sem observância das formalidades impostas por lei ainda assim serão válidos, desde que atinjam sua finalidade.
- 96** Não poderá ser declarada a invalidade de ato processual quando este não tiver causado prejuízo às partes, não se reconhecendo a invalidade processual quando o juiz puder decidir o mérito em favor daquele a quem aproveitaria a decretação de invalidade.

Considere que empregado de sociedade de economia mista federal sofra acidente de trabalho por culpa do empregador. Acerca dessa hipótese, julgue os itens abaixo.

- 97** Sendo o empregador culpado, caberá contra este ação de reparação de danos, que tramitará na justiça federal.
- 98** Independentemente de culpa do empregador, poderá o empregado acionar o INSS para obtenção de benefícios relativos a acidente de trabalho, sendo competente, na hipótese, o juiz estadual, embora o demandado seja autarquia federal.

Em ação de execução entre A e B, fundada em notas promissórias, as partes celebraram transação em que pactuaram o parcelamento do débito em 10 prestações. Homologado o acordo, após o sexto pagamento, o devedor deixou de cumprir o pactuado. Diante dessa situação, julgue os itens seguintes.

- 99** O credor pode requerer o prosseguimento da execução pelo saldo porque o processo de execução não foi extinto.
- 100** O devedor pode pleitear, em embargos do devedor, a anulação da transação, alegando vício de vontade.
- 101** É cabível a rescisória, no prazo de dois anos, para rescindir a sentença homologatória da transação, sob a alegação de vício de vontade de uma das partes.

Em relação à competência, julgue os itens que se seguem.

- 102** Ação que tenha por objeto a discussão de domínio proposta contra a Caixa Econômica Federal não se sujeita à regra do *forum rei sitae* porque se trata de competência da justiça federal, que prevalece sobre qualquer outra regra de competência estabelecida em lei.
- 103** Compete ao juiz estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da justiça federal, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União figure no processo.
- 104** Nenhuma nulidade haverá se, em decorrência de dispositivo da Lei de Organização Judiciária, dois juízes forem competentes para atuar em um mesmo processo, o primeiro deles desde o recebimento da inicial até o fim da instrução processual, e o segundo deles apenas para proferir sentença e proferir juízo de admissibilidade de recursos eventualmente interpostos pelas partes.

Considere que uma ação tramite perante juízo absolutamente incompetente. Em face dessa situação, julgue os itens a seguir.

- 105** Não ocorrerá a litispendência se outra ação idêntica for ajuizada, mesmo após a citação do réu no processo anterior.
- 106** Se juiz absolutamente incompetente vier a sentenciar o feito, a sentença será nula e poderá ser cassada pelo tribunal no julgamento de apelação ou em reexame obrigatório, ainda que nenhuma das partes alegue a nulidade.

Julgue os itens subseqüentes, acerca do direito processual do trabalho.

- 107** No direito processual do trabalho, os estados, o DF e os municípios têm a faculdade de pagamento de custas apenas ao final do processo.
- 108** No direito processual do trabalho, a concessão dos benefícios da justiça gratuita pode ocorrer de ofício.
- 109** Segundo a jurisprudência do TST, a justiça do trabalho é incompetente para apreciar lide entre sindicato patronal e a respectiva categoria econômica, objetivando a cobrança de contribuição assistencial.
- 110** No direito processual do trabalho, conforme a jurisprudência predominante no TST, cabe a penhora em dinheiro tanto no âmbito da execução definitiva, quanto no âmbito da execução provisória.
- 111** No âmbito do direito processual do trabalho, os recursos são interpostos por simples petição e terão, em regra, efeito meramente devolutivo.
- 112** Segundo a jurisprudência predominante no TST, admite-se no direito processual do trabalho o efeito devolutivo em profundidade dos recursos apenas em relação às matérias de defesa.
- 113** Segundo a jurisprudência predominante no TST, não é válida a manutenção de penhora realizada sobre bens de pessoa jurídica de direito privado posteriormente sucedida pela União ou estado-membro, ainda que a sucessão seja após a penhora, uma vez que a execução contra os referidos entes públicos deve prosseguir mediante expedição de precatório ou requisição de pequeno valor.

A respeito da seguridade social, julgue os seguintes itens.

- 114** Entre os princípios constitucionais da seguridade social, destaca-se a universalidade da cobertura e do atendimento, a seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios, o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite e diversidade da base de financiamento.
- 115** O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez dependem da carência de 12 contribuições mensais, ao passo que a aposentadoria por idade depende da carência de 180 contribuições mensais.
- 116** Segundo a jurisprudência sumulada do STJ, é cabível o reconhecimento de atividade rural, para efeito de obtenção de benefício previdenciário, com base em prova exclusivamente testemunhal, considerando o princípio da persuasão racional.
- 117** Quanto ao salário-família, as cotas devem ser pagas mensalmente pela empresa, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições.
- 118** Segundo a jurisprudência sumulada do STJ, o Ministério Público tem legitimidade para recorrer na ação de acidente de trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado.
- 119** Segundo a jurisprudência sumulada do STF, não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores de sociedades e titulares de firmas individuais como contribuintes obrigatórios da previdência social.
- 120** O dirigente sindical, durante o exercício do mandato eletivo, fica excluído do RGPS.